



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

28 de abril de 2008

Vol. 3 No. 8

NOTÍCIA MULTILATERAL	1
Lamy afirma que processo de negociações horizontais deve começar em breve	1
NOTÍCIAS REGIONAIS	3
Conferência da FAO: inflação dos alimentos em pauta	3
Acordo entre Colômbia e EUA paralisado indefinidamente no Congresso estadunidense	4
Alta do trigo preocupa governo brasileiro	5
BREVE MULTILATERAL	6
G-77 faz reunião para formar posição unificada para UNCTAD XII	6
BREVES REGIONAIS	7
América Latina debate pesquisa e inovação em saúde	7
ASEAN fecha acordo comercial com Japão	8
EVENTOS	8
INFORMAÇÕES ÚTEIS	10

NOTÍCIA MULTILATERAL

Lamy afirma que processo de negociações horizontais deve começar em breve

O Diretor Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, afirmou que há progresso nas negociações comerciais da Rodada Doha e que os governos estão “bem mais próximos da chegada”. Ainda não está claro, entretanto, se os ministros dos países Membros da OMC conseguirão concluir um acordo sobre o comércio global até a segunda metade de maio.

Há planos para reunir os ministros na sede da OMC em Genebra, Suíça, durante a semana de 19 de maio. Diplomatas comerciais sugerem, entretanto, que essa data pode não ser ideal, pois para dar aos ministros uma chance concreta de acordo sobre cortes tarifários e subsídios, muitas pendências ainda precisam ser resolvidas e grande parte das negociações agrícolas progride lentamente.

Um delegado comercial afirmou que, apesar de não ser fácil, uma reunião nessa semana ainda é possível. Para que isso ocorra, os presidentes das negociações de agricultura e acesso a mercado para produtos não agrícolas (NAMA, sigla em inglês) teriam de obter uma resposta relativamente favorável por parte dos Membros sem maiores oposições – questão ainda mais problemática. Neste sentido, os meses de junho e julho parecem ser mais apropriados para a reunião ministerial.

Pascal Lamy afirmou, durante reunião do Comitê de Negociações Comerciais (TNC, sigla em inglês) da OMC, ocorrido em 17 de abril, que “a hora está chegando” para que os delegados iniciem o que chamam de “processo horizontal” – negociações que envolvem trocas de interesses entre agricultura e NAMA.

Apesar das comparações entre setores de negociação existirem há muito tempo, elas têm ocorrido na forma de reclamações sobre o nível de liberalização agrícola *versus* o nível de cortes tarifários para bens

PONTES Quinzenal também está disponível online e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

manufaturados, ou vice e versa. As discussões horizontais, similares aos estágios finais de negociação no passado, buscam criar consenso entre os dois temas.

Pascal Lamy não mencionou nenhuma data específica para a reunião ministerial. Ele sugeriu, entretanto, que os oficiais comerciais seniores poderiam começar a discutir serviços a partir da semana de 5 de maio. Durante a reunião da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), ocorrida em Gana, Lamy afirmou que uma reunião ministerial poderia acontecer no final do mês de maio.

Durante a reunião do TNC, Pascal Lamy tentou diminuir as preocupações de alguns Membros – como Bolívia e Cuba –, que se consideram deixados de fora do processo de negociação. Eles argumentam que as verdadeiras barganhas ocorrem nas reuniões de “sala verde”, acessíveis somente a convidados.

Lamy afirmou que “as modalidades só podem ser estabelecidas por todos os Membros”, ao referir-se aos números das fórmulas e às exceções que determinarão os futuros subsídios e níveis tarifários dos países. Lamy também afirmou que transparência e inclusão são fundamentais para o processo de negociação.

Apesar de reconhecer que consultas informais entre grupos menores “são essências para a diminuição das diferenças”, Lamy ressaltou que essas devem alimentar continuamente a arena multilateral. O Diretor Geral da OMC também enfatizou que os países convidados a participar das reuniões de “sala verde” representam os diferentes tipos de interesses e visões dos Membros.

Além da necessidade de reconciliar esses grupos menores com os 151 Membros da OMC, ainda há mais um desafio a ser enfrentado no processo de acordo sobre modalidades para agricultura e NAMA: como garantir aos Membros menores que também há progresso em suas demais prioridades.

No processo, países desenvolvidos (PDs) e países em desenvolvimento (PEDs) que receberam ou apoiaram pedidos plurilaterais para acesso a mercado deveriam assinalar o tipo de compromissos de liberalização que estariam preparados a aceitar. Pascal Lamy, por sua vez, levaria tais compromissos aos demais Membros durante o TNC. O Diretor Geral da OMC afirmou que essas indicações poderiam sinalizar positivamente para um progresso nas negociações sobre serviços. Lamy alertou os países para que não transformem o processo de sinalização em um exercício de

acusações, já que muitos governos acusam-se de querer mais acesso do que oferecem.

No que diz respeito às negociações de regras, Pascal Lamy afirmou que existe um amplo consenso de que o tema não é assunto para as negociações ministeriais: a hora é de modalidades agrícolas e NAMA.

Lamy afirmou, ainda, que diversos países desejam que o presidente das negociações de regras, o Embaixador Guillermo Valles Games, do Uruguai, produza um documento – algo mais do que um relatório sobre as diferentes posições, mas não necessariamente um texto completo – que devolva a segurança aos atores domésticos.

Existe, entre os Membros, uma divisão fundamental em relação à extensão de proteções adicionais de propriedade intelectual a alimentos relacionados a regiões geográficas como, por exemplo, o queijo *Roquefort*. Outro tema controverso é se os requerentes de patentes deveriam ser obrigados, sob pena de perder o registro, a revelar qualquer recurso biológico ou conhecimento tradicional utilizado em suas invenções. Esse é o motivo de discórdia entre países como Argentina e Estados Unidos da América de um lado e União Européia e Suíça de outro.

Diversos Membros ressaltaram que os textos finais para as modalidades de agricultura e NAMA deveriam ser publicados antes do início do processo de negociação horizontal. A Índia afirmou que o texto deveria refletir as preocupações de todos os Membros e completou que há muitos temas não resolvidos nas negociações agrícolas – como flexibilidades para que PEDs protejam alguns produtos da liberalização – para que o processo horizontal possa começar.

Fontes sugerem que se a reunião ministerial não ocorrer antes do final de maio, é muito provável que ela também não ocorra até o final do mês de junho ou mesmo julho, por motivos não relacionados à Rodada Doha: i) Ministros de Comércio dos países da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico devem reunir-se durante dois dias no Peru a partir de 31 de maio; ii) Ministros de PDs e dos maiores PEDs participarão do Fórum Anual da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em Paris, de 4 a 5 de junho; e iii) o campeonato europeu de futebol, que ocorre em junho na Suíça e na Áustria, tornará difícil a reserva de quartos de hotel e esquemas de segurança em Genebra para uma reunião ministerial.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* Vol. 12, No. 14, 23 abr. 2008.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Conferência da FAO: inflação dos alimentos em pauta

A Conferência Regional da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) serve de instância de debate entre os 33 países que integram a divisão regional da América Latina e Caribe. O mais recente encontro, ocorrido entre os dias 14 e 18 de abril em Brasília, teve como principal foco o aumento nos preços dos alimentos.

Durante o evento, Ministros da Agricultura, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Recursos Naturais, assim como outros altos funcionários e especialistas governamentais, estudaram os desafios enfrentados pela região e trocaram experiências e propostas. Na esteira dessas discussões, a preocupação com a inflação dos gêneros alimentícios gerou polêmica entre os participantes.

A questão também foi destaque na pauta do último Fórum Econômico Mundial, reunião de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD). Dominique Strauss-Kahn, Diretor-Geral do FMI, destacou que a elevação em 75% no preço geral dos alimentos desde a virada do século tem arrastado milhões de pessoas para a pobreza. Presente no encontro, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, qualificou a alta como uma “bomba-relógio”, capaz de criar uma nova geração de pobres.

Dentre os diversos fatores que influenciam o fenômeno, a produção de biocombustíveis é o mais controverso e recebeu críticas de diversos representantes em ambos os encontros. As críticas fundamentam-se principalmente na concorrência entre os biocombustíveis e os cultivos alimentícios por recursos (terra, água, fertilizantes) e na demanda por cereais e óleos vegetais para sua fabricação – fatores que pressionam os preços internacionais das *commodities* para cima. Jean Ziegler, relator especial da ONU pelo direito à alimentação, acirrou a polêmica ao classificar a produção de biocombustíveis por alguns países como crime contra a humanidade na reunião do Fórum Econômico Mundial.

Em contrapartida, os países que mantêm fortes políticas para biocombustíveis defendem-se. Condolezza Rice, em nome dos Estados Unidos da América (EUA), Michael Mann, porta-voz de agricultura da Comissão Européia e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva expressaram intenção de continuar a expandir seus programas, pois sustentam que não há grande

perigo à oferta de alimentos pela implementação de projetos para a matriz energética.

A FAO, contrariando as posições radicais, mantém postura cautelosa ao ressaltar a concorrência de fatores para o aumento nos preços dos alimentos. Nesse sentido, a Conferência ressaltou o potencial de desenvolvimento representado pelos biocombustíveis, especialmente para produtores pobres. O comitê técnico do encontro divulgou nota reconhecendo a complexidade dos temas e a necessidade de investigações mais profundas para maximizar as oportunidades derivadas da produção de bioenergia, bem como minimizar possíveis riscos à segurança alimentar e ao meio-ambiente. O corpo de representantes enfatizou, ainda, que o direito à alimentação precisa ser levado em conta pelos formuladores de políticas públicas para a produção de biocombustíveis.

Um dos documentos preparados para a Conferência retoma a promoção da iniciativa empreendida pela FAO de criar uma Plataforma Internacional de Bioenergia (IBEP, sigla em inglês), que tem como finalidade oferecer os meios necessários para facilitar a transição para a energia sustentável. O artigo também reconhece a necessidade de maiores estudos para aproveitamento dos potenciais da bioenergia.

Mesmo a alta no preço traz impactos positivos, como aponta Jacques Diouf, Diretor-Geral da FAO, em discurso proferido no encontro. Diouf defende que a alta dos preços, apesar de ter o potencial de aumentar a fome na América Central e Caribe, pode beneficiar a milhões de pequenos agricultores, que vendem seus excedentes em mercados locais. Contudo, para que possam aproveitar essas oportunidades, precisam receber apoio por meio de políticas consistentes, bem como investimento em capital humano e infraestrutura, ressalva o Diretor.

Outros temas foram objeto dos trabalhos na Conferência, como: (i) manejo e controle de enfermidades transfronteiriças; (ii) ação conjunta entre atores públicos e privados para o desenvolvimento rural; e (iii) a luta contra a fome. Em relação a esse último, discutiu-se a iniciativa *América Latina e Caribe sem fome*, lançada em 2005. Foram analisados os resultados alcançados e estipuladas novas metas e propostas. O projeto comemorou a redução na porcentagem de subnutridos de 13% para 10% entre 2002 e 2004, o que significa que mais de 7 milhões de pessoas deixam de viver com fome. Ainda assim, o problema continua a afetar 52,4 milhões de pessoas, das quais 9 milhões são crianças abaixo de cinco anos. A nova meta para eliminação da desnutrição infantil foi estabelecida para 2015.

O cenário atual da agricultura e segurança alimentar apresenta grandes desafios, que vão desde o crescimento populacional ao aquecimento global, como identifica Diouf em seu discurso. O número de pessoas que sofrem com a fome bate os 862 milhões em todo o mundo, marca que pode aumentar frente à elevação nos preços dos alimentos. Diante disso, defende ele, as políticas agrícolas e alimentares precisam ser revistas a fim de responder aos novos desafios.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

FAO - Oficina Regional para América Latina e Caribe. *El alza Del precio de los alimentos impacta fuertemente en América Latina y el Caribe*. (15/04/2008). Disponível em:

<<http://www.rlc.fao.org/es/prensa/coms/2008/27.htm>>.

Acesso em: 19 abr. 2008.

FAO - Oficina Regional para América Latina e Caribe. *Tiempo de Actuar* – Discurso do Diretor-Geral da FAO Jacques Diouf. (13/04/2008). Disponível em:

<<http://www.rlc.fao.org/es/prensa/opinion/art01.swf>>.

Acesso em: 19 abr. 2008.

FAO - Oficina Regional para América Latina e Caribe. *Oportunidades y Desafios de la producción de biocombustibles para la seguridad alimentaria y del medio ambiente en América Latina y el Caribe*. (04/2008). Disponível em:

<<http://www.rlc.fao.org/es/prensa/opinion/art01.swf>>.

Acesso em: 19 abr. 2008.

FAO. Growing demand on agriculture and rising prices of commodities. (14/02/2008). Disponível em:

<<http://www.fao.org/es/esc/common/ecg/538/en/RisingPricesIFAD.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

Valor Econômico. *Bird e FMI buscam soluções para falta de comida*. (14/04/2008). Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=443813>. Acesso em: 16 abr. 2008.

O Estado de São Paulo. *Bird ataca subsídio a etanol dos EUA*. (14/04/2008). Disponível em:

<<http://www.estado.com.br/editorias/2008/04/14/eco-1.93.4.20080414.1.1.xml>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

Acordo entre Colômbia e EUA paralisado indefinidamente no Congresso estadunidense

A Câmara de Representantes dos Estados Unidos da América (EUA) – de maioria democrata – aprovou por 224 votos a favor e 195 contra uma resolução que

elimina o prazo de 90 dias legislativos para a votação do Acordo de Promoção Comercial (APC) com a Colômbia – ainda que este tenha sido submetido à Câmara pelo Presidente Bush em 8 de abril.

Antes de o APC ser submetido ao Congresso, a Administração Bush havia feito um forte *lobby* frente à oposição democrata para conseguir a aprovação do texto. Ao perceber que isso não seria possível, o Presidente Bush tentou forçar a votação e impor um prazo limite para testar se os democratas assumiriam o custo político de recusar o APC. A decisão – adotada segundo a iniciativa de Nancy Pelosi, Presidenta da Câmara – implicou a modificação das regras do *Fast Track*, que obriga o Legislativo a votar os tratados submetidos pela Administração em até 90 dias após sua apresentação. Dessa forma, não há mais um prazo final para a decisão do APC e, portanto, o objetivo do Presidente Bush não foi alcançado.

Por conseguinte, a votação foi postergada indefinidamente, mas isso não significa a exclusão do tratado. A Câmara de Representantes examinará o APC “no tempo apropriado e sob as condições apropriadas”, afirmou a legisladora Louise Slaughter, Presidenta do Comitê de Regras.

Para o Presidente Bush, a ação desafortunada e sem precedentes da Câmara de Representantes de mudar as regras de implementação do acordo de livre comércio com a Colômbia prejudica a economia, a segurança e as relações estadunidenses com um importante aliado. Em um comunicado de imprensa, Bush também afirmou que essa conduta enfraquece a confiança que qualquer governo exige para negociar futuramente acordos comerciais.

Os democratas alertaram Bush para que não enviasse o acordo, pois a maioria opositora não estaria disposta a aprová-lo antes de a Colômbia mostrar sinais de progresso em matéria de proteção sindical. Na verdade, o voto não tem somente a ver com esse tema, mas também com as lutas de poder entre uma administração enfraquecida e os democratas que, utilizando o APC como prêmio, estariam lutando para conseguir concessões de Bush para sua própria agenda política.

Segundo Pelosi, o APC pode ser aprovado neste ano, desde que a Casa Branca considere as prioridades dos democratas em matéria de economia. Pelosi mencionou um pacote de amortização econômica que inclui assistência para os trabalhadores deslocados pelos tratados de livre comércio; subsídios para evitar quebras hipotecárias a famílias de baixa e média renda; e até investimentos em infra-estrutura e novas energias. “Quando essas preocupações tiverem sido solucionadas, poderemos fazer uma votação para esse

acordo... A Colômbia é um país amigo, uma relação importante e respeitamos a liderança do Presidente Uribe, mesmo que tenhamos preocupações que podem ser trabalhadas”, afirmou Pelosi.

Colômbia não desiste

Apesar do anterior, o Ministro de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, Luis Guillermo Plata, afirmou que tem “esperança de que o APC seja votado em favor do país. Nancy Pelosi afirmou que não queria ser pressionada por um relógio e por essa razão parou a contagem do tempo. Isso não quer dizer que o acordo tenha sido congelado, mas poderá ser aprovado em qualquer dia dentro desse prazo”. Diante dessa situação, o Ministro assegurou que continuará trabalhando diplomaticamente e espera que a Casa Branca e o Congresso consigam uma “saída bi-partidarista” que permita a aprovação do acordo.

Muitos crêem que os democratas não querem decidir sobre o tratado antes das eleições estadunidenses em 4 de novembro próximo, e por essa razão o prazo de votação foi estendido. Dessa forma, uma vez superadas as pressões eleitorais e assim que houver um avanço nas questões sindicais na Colômbia, os democratas considerarão a questão em sessões extraordinárias. Provavelmente será uma votação muito acirrada, tal qual a votação do APC com a América Central e a República Dominicana.

Existe, entretanto, uma grande probabilidade de que não haja sessões extraordinárias neste ano. Se isto for verdade, o tratado teria que ser apresentado pelo Presidente eleito ao novo Congresso. Nesse caso, o futuro do APC dependeria do ganhador das eleições presidenciais e de como ficará a distribuição de poder entre republicanos e democratas no Congresso.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. V, No. 8, 22 abr. 2008.

Alta do trigo preocupa governo brasileiro

Em clara demonstração de preocupação com a pressão inflacionária gerada pelos altos preços do trigo nos mercados internacionais, o governo brasileiro anunciou, na última semana, um plano para estimular o plantio do cereal na próxima safra. Pesaram na decisão considerações de segurança alimentar, uma vez que o Brasil, uma das maiores potências agrícolas do mundo, sofre riscos de desabastecimento por ser dependente da importação de 70% do trigo que consome internamente.

Os principais pontos do programa alteram políticas de crédito, preço mínimo e seguro. Houve a criação de

uma linha de crédito especial de R\$1,2 bilhão para financiar o carregamento da próxima safra e foi concedido um prazo de 180 dias às indústrias para pagar suas compras a juros subsidiados de 6,75% ao ano. Os limites individuais de crédito foram ampliados de R\$300 mil para R\$400 mil e os preços mínimos foram reajustados em 20% – de R\$24 para R\$28,80 por saca (região sul) e para R\$32,40 nas demais regiões. Há também a promessa de subvenção de até 60% dos prêmios pagos pelos produtores nas apólices de seguro rural. A meta é incrementar a atual produção de 3,8 para 4,7 toneladas, fazendo frente à demanda pelo grão, que ultrapassa a barreira das 10 toneladas.

A medida veio em um momento no qual a indústria de pães e massas enfrenta a pior crise dos 20 últimos anos, com constantes aumentos de preços – o pão francês, que subiu cerca de 20% nos últimos 12 meses, sofrerá novos reajustes de 12% durante o mês de abril. Tal aumento no preço dos alimentos, cujo impacto sobre os índices de inflação é significativo, é reflexo da disparada dos preços do trigo e da farinha no mercado internacional. Em um ano, o preço do trigo dobrou, ultrapassando os R\$800 por tonelada e impulsionado pelo aumento da demanda mundial e pela diminuição dos estoques. Contudo, os efeitos da medida sobre os preços não serão imediatos, uma vez que a safra brasileira chegará só em novembro.

O Brasil, que no passado foi auto-suficiente na produção de trigo, optou pela importação do grão há duas décadas, estimulado por preços sensivelmente mais baixos no mercado internacional. Desde então, recebe a quase totalidade do trigo importado de apenas um fornecedor, a Argentina. Contudo, os recentes problemas de abastecimento enfrentados pelo país vizinho têm limitado o envio de trigo ao Brasil, o que torna a crise mais acentuada.

Com o intuito de limitar o aumento dos preços internos, o governo argentino proibiu, em março de 2007, as exportações do produto. Desde então, tal proibição foi suspensa em apenas duas ocasiões, por períodos curtos. Em um deles, 28 de janeiro, foram definidas novas restrições, como um limite de exportação de 400 mil toneladas por mês e 12 mil por dia por empresa exportadora. Apesar dos insistentes apelos, o lado brasileiro não conseguiu garantir o fornecimento das quantidades almejadas. O fornecimento foi novamente suspenso, sem previsão de normalização. “Nossa única prioridade é garantir o pão argentino”, afirmou recentemente Fernando Fraguío, Secretário da indústria argentina.

Os governos dos dois países não são os únicos implicados nessa questão, que envolve também a sociedade civil. O trigo foi tema importante na recente batalha travada pelos produtores rurais argentinos

contra a Presidente Cristina Kirchner. Em março, os ruralistas realizaram um boicote agropecuário contra o aumento dos impostos sobre as exportações agrícolas, bloqueando por 21 dias as principais estradas daquele país. Dentre as promessas do governo para acalmar os produtores figurava justamente a reabertura das exportações de trigo. Apesar de seu objetivo declarado de reduzir os preços internos e garantir o abastecimento de alimentos, a política de restrição às exportações acabou por gerar o efeito contrário, uma vez que o fornecimento de carne e laticínios foi interrompido.

Os representantes dos moinhos brasileiros, por sua vez, criticam a dependência do Brasil do trigo argentino e questionam a confiabilidade desse fornecedor. Chegou-se até a afirmar que a Argentina teria quantidades suficientes de trigo em estoque, estrategicamente reservadas para uma eventual troca por petróleo venezuelano ou gás boliviano – em clara alusão à crise energética que enfrenta o país neste momento. Os representantes criticam, ainda, a política tarifária argentina, que onera mais pesadamente o trigo do que a farinha, num esforço de incentivar a exportação do produto processado, com maior valor agregado.

Em fevereiro passado, o governo brasileiro atendeu parcialmente à solicitação dos moinhos e isentou da aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul a importação de 1 milhão de toneladas de trigo proveniente de parceiros exteriores ao bloco. Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), seria necessário liberar 4 milhões de toneladas para suprir a demanda brasileira, razão pela qual a organização continua a defender o aumento dos volumes isentos. De qualquer modo, ainda que não incidam os 10% de alíquota da TEC, os aumentos nos preços são esperados, uma vez que o trigo importado de fornecedores do hemisfério norte chega ao porto de Santos com um preço superior – US\$ 460/tonelada, face a US\$400/tonelada do trigo argentino.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Folha de São Paulo. *Sem trigo argentino, pão fica mais caro* (23/04/08).

Folha de São Paulo. *Governo infla crédito para tentar evitar falta de trigo* (18/03/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=445958>. Acesso em: 23 abr. 08.

O Estado de São Paulo. *Governo tenta estimular o plantio de trigo* (18/04/08). Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=445517>. Acesso em: 23 abr. 08.

O Estado de São Paulo. *Pães, massas e biscoitos vão subir até 15% no varejo* (17/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=445503>. Acesso em: 23 abr. 08.

Valor Econômico. *Brasil lança plano de apoio ao trigo* (18/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=445654>. Acesso em: 23 abr. 08.

BREVE MULTILATERAL

G-77 faz reunião para formar posição unificada para UNCTAD XII

A décima segunda edição da Conferência interministerial da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), realizada em Accra, Gana, entre os dias 20 e 25 de abril, teve como tema principal o “Tratamento das oportunidades e dos desafios da globalização ao desenvolvimento”.

As Conferências interministeriais visam ao debate de questões relacionadas ao comércio e ao desenvolvimento e à definição do mandato da UNCTAD e de suas prioridades de trabalho para os quatro anos seguintes.

O G-77 e a China, grupo de países em desenvolvimento (PEDs) do qual o Brasil é um dos porta-vozes, realizou, em 20 de abril, reunião entre seus Membros com a finalidade de elaborar uma posição comum para levar à UNCTAD XII.

Principais posicionamentos do G-77 e da China

No documento elaborado ao final da reunião, o G-77 e a China reafirmam o papel fundamental da UNCTAD como centro de coordenação da ONU para o tratamento integrado de temas relacionados a comércio e desenvolvimento. Mais precisamente, esses países defendem um maior fortalecimento dos três pilares da Organização – pesquisa e análise, formação de consenso e cooperação técnica – e de seu mecanismo inter-governamental.

A respeito dos pilares da UNCTAD, o documento sustenta que eles devem operar de maneira integrada e holística, a fim de proporcionar uma visão mais abrangente e fiel à complexidade do debate mundial sobre o desenvolvimento.

Já com relação ao mecanismo inter-governamental da UNCTAD, os países do G-77 e a China enfatizam que uma das três comissões que integram a Organização (a saber: Comissão para Comércio de Bens e Serviços e Commodities; Comissão sobre Investimentos, Tecnologia e Questões Financeiras Relacionadas; e Comissão sobre Empresas, Facilitação de Negócios e Desenvolvimento) deve ocupar-se do tema “globalização”, com o objetivo de proporcionar auxílio a PEDs sobre os desafios por ela impostos.

O documento ressalta a importância do multilateralismo – e, dentro desse, do conjunto de instituições da ONU – em detrimento do unilateralismo e condena a formulação e implementação de medidas que limitem o espaço de discussão de políticas alternativas do qual dispõem os PEDs. Cabe destacar que, na UNCTAD XI, os PEDs expressaram insatisfação com a resistência e recusa dos países desenvolvidos em incorporar esse ponto ao documento final da Conferência.

No que diz respeito às negociações da Rodada Doha da OMC, os países do G-77 e a China sugerem que a UNCTAD formule recomendações que auxiliem os PEDs a obter o máximo de benefícios para o desenvolvimento a partir do sistema de comércio multilateral. “Todos os Membros da OMC deveriam respeitar e reiterar seu compromisso de que a OMC promova um sistema de comércio multilateral aberto, equitativo, baseado em normas, previsível, não-discriminatório e favorável ao desenvolvimento”. Nesse sentido, a eliminação de subsídios agrícolas é vista como um passo imprescindível rumo a um comércio justo e equitativo.

Ainda com relação à OMC, o documento reforça o princípio de adesão universal à Organização e sugere a aceleração, sem travas políticas, da incorporação de PEDs, especialmente países de menor desenvolvimento relativo.

Por fim, os países do G-77 e a China mostram-se preocupados com a alta nos preços dos alimentos. Quanto a isso, afirmam ser urgente a adoção de medidas multilaterais para garantir a todos os países a segurança alimentar e mercados estáveis de alimentos e cereais. Além disso, sugerem que a UNCTAD ajude os PEDs a superar sua dependência de produtos básicos e a diversificar suas estruturas produtivas. A proposta apresentada nesse sentido pelo grupo constitui o estabelecimento de um mecanismo inter-

governamental encarregado de buscar consenso em torno de estratégias viáveis.

Os países do G-77 e a China apóiam a oferta do governo de Qatar de sediar a UNCTAD XIII, que ocorrerá em 2012.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

“Declaración Ministerial del Grupo de los 77 y China en ocasión de la XII UNCTAD” XII. Disponível em: <http://www.unctad.org/sp/docs//td436_sp.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2008.

G-77. Disponível em: <<http://www.g77.org/>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

UNCTAD XII. Disponível em: <<http://www.unctadxii.org/en/>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

BREVES REGIONAIS

América Latina debate pesquisa e inovação em saúde

A Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 18 de abril, constituiu a primeira iniciativa dos representantes de países latino-americanos com a finalidade de discutir tais temas num fórum específico da região.

A realização do encontro correspondeu a uma solicitação do Conselho sobre Pesquisa em Saúde para o Desenvolvimento (COHRED, sigla em inglês), realizada durante uma reunião de 2006. Dessa participaram especialistas da área e funcionários dos governos de Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México e Nicarágua, além de membros do Programa Especial da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), braço regional da Organização Mundial de Saúde (OMS). Após sucessivas reuniões de planejamento, constituiu-se um comitê executivo, formado por representantes de seis instituições: OPAS, Ministério de Saúde do Brasil, COHRED, Fórum Global de Pesquisa para a Saúde, Comissão Coordenadora dos Institutos Nacionais de Saúde do México e Federação Rede NicaSalud (Nicarágua). Tal comitê executivo definiu como objetivo central debater o fortalecimento dos sistemas nacionais

de pesquisa em saúde, bem como estratégias e planos de ação para a América Latina.

Resultados

O evento contou com cerca de 150 participantes, dentre eles altos funcionários dos Ministérios da Saúde e Ciência e Tecnologia, além de representantes de institutos de investigação, agências de desenvolvimento e organizações da sociedade civil.

Nos quatro dias da Conferência, as discussões pautaram-se em quatro principais temas: (i) sistemas nacionais de pesquisa em saúde; (ii) inovação, desenvolvimento de produtos e acesso; (iii) financiamento à pesquisa em saúde; e (iv) recursos humanos para a pesquisa em saúde.

O debate foi orientado para a definição de estratégias e ações para a futura cooperação em pesquisa na área de saúde entre os países da América Latina. Parte dessa iniciativa corresponde à criação de uma rede de pesquisa regional, cujo objetivo será motivar tal colaboração. Além disso, foi elaborado um relatório que poderá contribuir para a preparação das lideranças políticas latino-americanas para o Fórum Ministerial Global sobre Pesquisa em Saúde, que ocorrerá em Bamako, Mali, em novembro de 2008.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

COHRED – Council on Health Research for Development. “1st Latin American Conference on Research and Innovation for Health”. Disponível em: <http://www.cohred.org/main/publications/background_papers.php>. Acesso em: 24 abr. 2008.

Ministério da Saúde. “Rio sedia debate sobre pesquisa e inovação em saúde na América Latina”. (15/04/2008). Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=45537>. Acesso em: 23 abr. 2008.

ONU – Organização das Nações Unidas. “Evento debate no RJ pesquisa em saúde”. (15/04/2008). Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=6568>. Acesso em: 24 abr. 2008.

ASEAN fecha acordo comercial com Japão

No dia 14 de abril, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês) e o Japão

assinaram um acordo de livre comércio com o consentimento formal da Malásia.

A Malásia foi o último Membro do bloco, composto por dez países, a assinar o Acordo de Parceria Cooperativa e Econômica ASEAN – Japão (AJCEP, sigla em inglês). O pacto, finalizado em novembro passado, visa à eliminação de tarifas para 90% dos bens em até dez anos e deve entrar em vigor ainda este ano. O acordo também inclui temas como proteções a investidores e comércio de serviços.

Antes do acordo entrar em vigor, os países da ASEAN – Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã – devem obter aprovação na legislação doméstica. O AJCEP entra em vigor, país por país, até dois meses após o primeiro Membro do bloco obter aprovação doméstica.

O Ministro japonês de Relações Exteriores, Masahiko Koumura, afirmou que o Japão espera que o acordo estimule as relações comerciais e de investimento entre o Japão e a ASEAN, bem como melhore a atratividade econômica da região ASEAN-Japão. Tóquio já possui acordos bilaterais com seis dos dez Membros da ASEAN, mas esta é a primeira vez que assina um acordo com um bloco multinacional.

Observadores próximos do ministério japonês afirmam que Tóquio tem esperanças – em longo prazo – de conseguir um programa comercial que inclua China, Índia e Austrália. Tal programa, entretanto, ainda encontra-se em fase de discussões.

Nesse contexto, a Índia anunciou que espera obter um acordo econômico com a ASEAN até agosto, pois já terminou as negociações bilaterais com todos os Membros do bloco, com exceção da Indonésia.

Tradução de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 13, 17 abr. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

29 de abril
Sessão especial do Conselho para Aspectos Comerciais Relacionados à Propriedade Intelectual

Sessão especial seguida por reunião regular do Comitê sobre Subsídios e Medidas Compensatórias

30 de abril
Reunião do Comitê sobre Salvaguardas

05 de maio
Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

06 de maio
Reunião do Comitê sobre Avaliação Aduaneira

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a acessão do Azerbaijão

07 a 08 de maio
Reunião do Conselho Geral

08 de maio
Reunião do Grupo de Trabalho sobre a acessão da Sérvia

UNCTAD

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=1&frmYear=2008&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intlItemID=2068&lang=1&year=2008&month=12&day=>>>

29 de abril
Reunião de consultiva com o Butão sobre questões da acessão à OMC
Local: Genebra, Suíça

07 a 08 de maio
Workshop para países andinos sobre integração regional na área de comércio de serviços
Local: Lima, Peru

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.php>>

30 de abril
II Reunião do Grupo Ad Hoc Domínio Mercosul
Local: Buenos Aires, Argentina

05 de maio
II Reunião do Subgrupo de Trabalho Nº 4 sobre Assuntos Financeiros

Local: Buenos Aires, Argentina

07 de maio
Reunião da Comissão de Comércio do Mercosul
Local: Montevidéu, Uruguai

08 de maio
Reunião do Instituto Social do Mercosul
Local: a confirmar

12 de maio
Reunião do Comitê Técnico Nº 1 sobre Nomenclaturas
Local: Buenos Aires, Argentina

Reunião Extraordinária da Comissão Administradora do ACE 35
Local: Montevidéu, Uruguai

13 de maio
Reunião do Comitê Técnico Nº 1 sobre Tarifas, Nomenclaturas e Classificação de Mercadorias
Local: Buenos Aires, Argentina

CEPAL

Local: Santiago, Chile

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades>>

07 de maio
I Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social da Organização dos Estados Americanos (OEA)

08 de maio
Reunião do Conselho Assessor Internacional

12 de maio
Encontro Latino-americano de governadores, intendentess e prefeitos para o desenvolvimento do territorial rural

VI Ciclo de Colóquios *Buscando a Aproximação dos Juizes às Ciências*

Outros Fóruns

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>

03 a 06 de maio
Reunião Anual do Banco Asiático de Desenvolvimento, com participação da OCDE

Local: Madri, Espanha

06 de maio

Revisão do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
- Análise Interpares da França

Local: Paris, França

06 a 07 de maio

Seminário sobre os resultados do Programa para
Avaliação do Estudante, com apresentação de Blanca
Heredia, chefe da OCDE no México.

Local: Santiago, Chile

Conferência Governança Corporativa de
Empreendimentos Estatais na África do Sul

Local: Cidade do Cabo, África do Sul

07 a 08 de maio

Conferência sobre Educação Financeira, organizada
pelo Diretório de Assuntos Financeiros e o
Departamento do Tesouro dos EUA

Local: Washington, EUA

08 de maio

Diálogo sobre Clima de Copenhague, organizado pelo
Governo da Dinamarca em preparação à Conferência
sobre Mudanças Climáticas da ONU em 2009

Local: Copenhague, Dinamarca

Workshop sobre Inovação e Crescimento de Pequenas
e Médias Empresas

Local: Kansas, EUA

11 a 13 de maio

Reunião dos Ministros do Trabalho do G-8, com
participação do Secretário-Geral do Grupo

Local: Niigata, Japão

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Ucrânia irá se juntar à OMC

A Ucrânia informou, em 16 de abril, que aceitou os termos do acordo de associação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, em 16 de maio de 2008, o país terá sua adesão à OMC confirmada. Para mais notícias a respeito, ver: <http://www.wto.org/english/news_e/news08_e/acc_ukraine_apr08_e.htm>.

FAO sugere que preço de cereais continuará alto

Um relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês), sugere que o preço de alimentos básicos em países

em desenvolvimento deve continuar alto neste ano. O arroz é o mais afetado, em decorrência das restrições pelos principais importadores. Para tratar da questão, a FAO lançou a Iniciativa Contra o Aumento nos Preços de Alimentos para prover assistência técnica e política aos países mais afetados. Para mais detalhes, ver: <<http://www.un.org/av/radio/portuguese/detail/5821.htm>>.

VIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado

De 7 a 9 de maio, o Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP) realiza, em Salvador, Bahia o VIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado. Sob coordenação do Prof. Paulo Modesto, o evento busca integrar três áreas do Direito Público: constitucional, administrativo e tributário. A programação completa do evento encontra-se disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/de>>.

CEDEC organiza seminário com Rubens Ricupero

O Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) dará seqüência à sua série de eventos acadêmicos com o seminário "As novas relações centro-periferia e a política externa brasileira", que será ministrado pelo Embaixador Rubens Ricupero. O seminário ocorrerá em 12 de maio, às 19h30, na Rua Airosa Galvão, 64, Água Branca - São Paulo. Para mais informações, enviar e-mail para <cedec@cedec.org.br>, ou telefonar para (11) 3871-2966 ou (11) 3569-9237.

NUPRI organiza curso sobre cooperação para o desenvolvimento

O Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (NUPRI) está organizando o curso "A cooperação internacional para o desenvolvimento: gestão do ciclo do projeto". O curso ocorrerá aos sábados, de 26 de julho a 30 de agosto, e contará com uma carga horária de 36 horas-aula. O custo total é de R\$ 225,00 e pode ser parcelado. Para maiores informações e inscrições, acesse <<http://www.usp.br/cartainternacional/modx/index.php?id=50>> ou telefone para (11) 3091-3061, com Daniela Alves ou Gigliota Cintra.

Prêmio Franklin Delano Roosevelt: estudos sobre os EUA

A Embaixada dos EUA abriu inscrições para o Prêmio Franklin Delano Roosevelt de Ciências Sociais, atribuído uma vez por ano aos melhores trabalhos que abordem aspectos da realidade dos EUA nas áreas de Relações Internacionais, Sociologia, História, Antropologia, Ciência Política, Economia, Direito e Geografia, preferencialmente de natureza inter-

disciplinar. O concurso é nacional e premia trabalhos de Graduação (monografia de conclusão), Mestrado (Dissertação) e Doutorado (tese), cada um com um prêmio específico: US\$ 1.500,00, US\$ 2.000,00 e US\$ 4.000,00, respectivamente. As inscrições estendem-se até 31 de julho. Para mais informações, enviar e-mail para <galantevv@state.gov>.

ICC e ONU premiam projetos do setor privado que se relacionam com ODMs

A *International Chamber of Commerce* (ICC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o *International Business Leaders Forum* (IBLF) estão com candidaturas abertas para a edição de 2008 do *World Business and Development Awards*, em apoio aos Objetivos do Milênio (ODMs) da ONU. O prêmio reconhece a contribuição do setor privado para que os ODMs sejam alcançados. Poderão concorrer empresas, instituições e associações de todos os tipos e portes que demonstrem atividades que tenham conduzido aos ODMs. O prazo para inscrições é 30 de maio.

<http://www.unglobalcompact.org/NewsAndEvents/news_archives/2008_04_25.html>.

Fundo oferece bolsas para jornalistas apresentarem trabalhos na ONU

O Fundo para Jornalistas El Dag Hammarskjold abriu inscrições para seu Programa de Bolsas de 2008, para apresentação de informações sobre assuntos internacionais na LXIII Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, EUA. As bolsas são dirigidas a jornalistas de rádio, televisão e imprensa de países em desenvolvimento, que tenham 25 e 30 anos de idade, e incluem gastos de viagem e acomodação, bem como um subsídio diário para outros gastos. Para mais informações, envie um email para <info@unjournalismfellowship.org> ou acesse <<http://unjournalismfellowship.org/node/357>>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

